

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA ÍNDIA ANTIGA: UMA QUESTÃO SEM FIM

CARLOS ALBERTO DA FONSECA

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

RESUMO

Estudiosos da linguagem na Índia antiga, em trabalhos relativos aos mais variados domínios – fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, estilística etc. –, sempre se referiram à variação lingüística: desse modo, seria óbvio entender porque nunca estabeleceram qualquer norma lingüística que excluísse todas as outras como erradas e porque sempre elaboraram gramáticas da fala. Essa não é, entretanto, a visão que se pode depreender do trabalho dos sanscritistas – que, de obra a obra, de década a década, insistem em recomeçar, com a lingüística indiana antiga, um diálogo sempre truncado. Este ensaio, relendo a Grammaire sanskrite de Louis Renou, estabelece um balanço e um contraponto de textos significativos para o assunto.

Palavras-chave: *Sânscrito; Lingüística sânscrita; Lingüística indiana; Variação lingüística; Variação lingüística na Índia antiga.*

*D*entre as muitas assim chamadas gramáticas “do Sânscrito” ou “da língua sânscrita” – ou ainda “sânscritas” –, desde a enxutiíssima e portátil Grammaire du Sanskrit, de Jean Varenne, até a moderninha e mais abrangente Sanskrit: an introduction to the classical language, de Michael Coulson, sem dúvida alguma a Grammaire sanscrite de Louis Renou ocupa um lugar privilegiado. Entretanto, em função de uma hesitação continuada com relação ao desenho e à aceitação de uma, digamos, “ontologia do ser Sânscrito”, pode-se dizer que esse privilégio se deu por uma razão de certo modo equivocada.

A Grammaire sanscrite de Louis Renou sempre foi colocada no mesmo corredor, na mesma estante, na mesma prateleira, de todas as outras gramáticas de Sânscrito elaboradas em quaisquer latitudes e longitudes desde o século XVIII. Ou seja: sempre foram todas elas concebidas como “gramáticas prescritivas da língua que se falava na Índia antiga”. Entretanto, basta dar uma olhada nos paradigmas da declinação dos temas nominais consonânticos [por exemplo, como o do masculino rājan “rei” e o do neutro nāman

“nome”] para começar a perceber que, dadas as formas rājñi e rājani para o mesmo locativo singular masculino, as formas nāmni e nāmani para o mesmo locativo singular neutro e as formas nāman e nāma para o mesmo vocativo singular do mesmo neutro, alguma coisa começa a ficar estranha: que “língua” dita “perfeita” é essa que, não tendo jamais sofrido qualquer modificação, como se diz, por cuja correção e eternização morfológica os falantes zelavam – como é que essa “língua” pôde ter chegado a apresentar formas duplas para uma mesma função? O que determinou o uso de uma ou de outra forma?

Se continuarmos a folhear as gramáticas, vamos verificar que a duplicidade de formas se repete não só em muitos outros paradigmas de declinação nominal, mas também nos modos de “arredondamento sonoro da frase”, o chamado sarindhi “sândi”, do mesmo modo como também em Português, por exemplo, no sintagma /os olhos azuis/ realizado por falantes do Português do Brasil de diferentes regiões.

E, então, abrindo a segunda edição da *Grammaire sanscrite de Louis Renou*, de 1975, então revista, corrigida e aumentada, tomos I e II reunidos num só volume, detemo-nos no primeiro parágrafo de seu “*Avant-propos*”. Afirma ali seu autor (p. i):

Pretendeu-se apresentar aqui ao público francês uma exposição relativamente detalhada da gramática sânscrita clássica: exposição sustentada por um lado pela teoria dos gramáticos hindus [sic] da escola de Pāṇini, de outro pelas informações sobre os fatos de língua apresentadas pelos dicionários, pelos manuais, pelos trabalhos de detalhe.¹

Chama a atenção aí uma certa insistência no detalhe: tanto no método de exposição praticado pelo sanscritista francês quanto nos fatos lingüísticos apresentados. E, observe-se definitivamente, fatos lingüísticos do Sânscrito clássico segundo a ótica da escola pāṇiniana. Bem, mas o que Renou entende/delimita como “clássico”? Leiamos seus segundo e terceiro parágrafos (p. i):

A palavra “clássico” é entendida aqui no seu sentido amplo, quer dizer, inclui as *Upaniṣad* e os *Sūtra*. Não que o aparecimento das *Upaniṣad* e dos *Sūtra* marque a bem dizer uma época lingüística, mas incorporar esses textos fornece a vantagem de extrair da literatura védica aquilo que permaneceu no fundo comum da língua, sem que se tenha de levar em consideração as sobrevivências de um estado anterior./Do lado budista, ficou-se na fronteira do Sânscrito com o assinalar os fatos de língua mista representados pelo *mahāvastu* e pelo *Lalitavistara*.²

¹ “On a voulu présenter ici ao public français un exposé relativement détaillé de la grammaire sanscrite classique: exposé soutenu d'un côté par la théorie des grammairiens hindous de l'école de Pāṇini, de l'autre par les renseignements sur les faits de langue que contiennent les dictionnaires, les manuels, les travaux de détail”.

² “Le mot ‘classique’ s’entend ici au sens large, c’est-à-dire Upaniṣad et Sūtra inclus. Non que l’apparition des Upaniṣad et des Sūtra marque à proprement parler une époque linguistique, mais en incorporant ces textes on a l’avantage de tirer de la littérature védique ce qui est demeuré dans le fonds commun de la langue, sans avoir à tenir compte des

Quer dizer: o Sânscrito de Renou, por ele adjetivado de “clássico”, inclui:

- a) a língua dos textos védicos naquilo que dela ficou na língua dos textos posteriores [esclarece depois (p. v) que “védico” se refere ao estado de língua do Veda e dos Brāhmaṇa];³
- b) a língua clássica no sentido estrito [recorre principalmente à prosa (teatro, romance, conto e fábula) do chamado período clássico];
- c) um certo “sânscrito budista misto/híbrido”;
- d) o épico;
- e) a língua dos Sūtra e das Upaniṣad; e
- f) as informações fornecidas pelos gramáticos [notadamente o já referido Pāṇini (séc. V a.C.), mas também o Mahābhāṣya de Patañjali (séc. II a.C.), a Candravṛtti (séc. V-VI ou VII d.C., de um certo não-pāṇiniano chamado Candragomin), a Durgharavṛtti (séc. XII d.C.) e a Siddhāntakaumudī (séc. XVIII d.C.)].

Em outras palavras: em termos de tempo, seu Sânscrito vai desde o mais antigo dos poemas do Ṛgveda (digamos, século XV a.C.) até aproximadamente o século XVIII d.C.; em termos de espaço, desde o vale do Indo até Ṣrī Laṅkā e além, no ritmo da expansão dos Gupta no período clássico. Quer dizer: quase toda a história da Índia, para fora de todo o subcontinente indiano.

Poder-se-ia pensar, então, que se tem em mãos uma “grammaire historique du sanscrit”, impressão que Renou elimina no seu terceiro parágrafo (p. i):

Não pode se tratar, aliás, de uma gramática histórica – como o deixam ver os próprios limites em que este trabalho se mantém; – mas, se se quiser, de uma gramática descritiva que comporta, onde parece possível, material de história. A interpretação só é admitida na medida em que ela não necessita de recurso à pré-história, nem mesmo ao védico.⁴

Em outras palavras, e em definitivo: mesmo que Louis Renou não queira, sua volumosa e criteriosa Grammaire sanscrite é, nas suas entrelinhas, nas linhas cronológicas que seu leitor vai sendo autorizado a perspectivar, na latência dos fatos dispostos em seqüência, uma gramática histórica, construída com a descrição de elementos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e mesmo semânticos de várias formas/normas de Sânscrito vigentes em textos das mais diversas intenções elaborados ao longo de cerca de

survivances d'un état antérieur./Du côté bouddhique, on a été à la frontière du sanscrit en signalant les faits de langue mixte représentés par le Mahāvastu et le Lalitavistara”.

³ “le terme véd(ique) note l'état de langue du Veda e des Brāhmaṇa”.

⁴ “Il ne peut s'agir, d'ailleurs, d'une grammaire historique – comme le laissent voir les limites mêmes où ce travail se maintient; – mais, si l'on veut, d'une grammaire descriptive qui comporte, là où la chose apparaît possible, des matériaux d'histoire. L'interprétation n'y est admise que dans la mesure où elle ne nécessite recours ni à la préhistoire, ni même au védique”.

32 séculos em domínios geográficos indianos os mais variados. Até mesmo sua dicção é simplesmente constatativa, nunca prescritiva – o que o diferencia indelevelmente dos outros autores de “gramáticas do Sânscrito”. Além disso, mesmo que Louis Renou não queira, sua *Grammaire sanscrite* é uma gramática comparativa, a despeito de afirmar nos *Addenda anexados ao final do volume que dela foram excluídos os “dados comparativos”*. (p. 571)⁵

Entretanto, assim aclarada uma realização textual que trai um objetivo, dois termos-chave ficam sem definição explícita, e ela não será encontrada em nenhum outro texto elaborado por ele. Quais sejam: o que Renou entende por “gramática” e qual seu conceito operacional de “língua”. Porque, com o rigor terminológico de um outro estudioso e professor de Sânscrito – Ferdinand de Saussure –, a *Grammaire sanscrite de Louis Renou* é uma “gramática histórico-descritiva da fala sânscrita”, ou melhor, das “falas sânscritas”, tal como recuperadas em seus usos. Mas uma pista que pode comprovar essa afirmação pode ser percebida no próprio título da obra: diferentemente de tantas outras “gramáticas da língua sânscrita” elaboradas por ocidentais e mesmo por indianos modernos e contemporâneos, a sua se denomina simplesmente “gramática sânscrita”.

Nesse sentido, a *Grammaire sanscrite de Louis Renou* segue o propósito com que foi elaborada toda, absolutamente toda, especulação lingüístico-gramatical indiana antiga: além de discutir questões de lingüística geral, de filosofia da linguagem e de estética, fornece a análise fono-morfo-sintática das construções em uso e sua perspectivação no tempo e no espaço – objetivo de que se desincumbiram todos os textos dos gêneros *prātiçākhyā* (na fonética e na fonologia), *vyākaraṇa*⁶ (na morfossintaxe) e *nirukta* (na semântica).

Em outras palavras: embora não se configure num item claramente exposto do projeto intelectual do influente estudioso da língua, da literatura e da cultura indianas, o historicismo e o comparatismo nunca foram a pedra-de-toque consciente de sua obra – fato que, todavia, mas por isso mesmo, cumula seus escritos de muitos entretantos e de muitas condescendências. E também os de todos aqueles que direta ou indiretamente o tiveram como mestre.

⁵ “Dans les limites que cet ouvrage s’est fixées (c’est-à-dire, en excluant en principe les faits védiques et les données comparatives)”. Não deixa de ser interessante incluir aqui uma afirmação do mesmo estudioso sobre a linguagem do R̥gveda: “Le RV abonde en formations morphologiques instables”, feita a propósito da ocorrência da forma *vṛdhē* no poema 1.34 daquela obra; cf. “Notes sur le R̥gveda. Hymnes aux Aṣvin”, p. 4. O adjetivo utilizado pelo autor não é jamais explicado ao longo de todas as suas análises sobre a variação morfológica e semântica encontrada nas formas védicas em questão. Veja-se, *idem*, p. 44, seu comentário sobre a forma *bhūmā*, em 6.62: “Loc[atif].? Cf. les difficultés à ce sujet chez Old[enberg]. On admettra plutôt un Instr[umental] du type *drāghmā raçmā* (comme aussi probablement]. 9.97.23), bien que l’Instr. de l’homonyme *bhūman* soit *bhūnā*, conforme à *mahinā*. On évoquera aussi la possibilité d’un Nomin[atif]. *bhūmā* près du Voc[atif]. *rodasī*, comme on a *dyāvārthivī*... *rodasī* 10.93.1; cf. déjà Old[enberg]”.

⁶ Esclareça-se: “análise essencialmente lingüística”: o termo nunca serviu para nomear qualquer outro tipo de análise efetuada em qualquer outro domínio.

Sempre se leu a *Grammaire sanscrite de Louis Renou*, mas também toda a obra dos vaiyākaraṇa indianos (“gramáticos”, isto é: fonólogos, foneticistas, morfo-sintaticistas e semanticistas), como uma “gramática prescritiva” – o que sempre entulhou o conhecimento do Sânscrito com montanhas de dimensões himalaianas de “exceções” – como se desvios fossem de uma única forma/norma padrão que os próprios sanscritistas indianos não propuseram nunca.

Alguns exemplos:

- a) os prāṭiçākhyā – tanto examinados em si mesmos quanto perspectivados uns em relação aos outros – são generosos no fornecimento de esclarecimentos e informações sobre realizações diferenciadas de um fonema que compõe a estrutura sonora de uma palavra que ocorra num texto védico ou bramânico básico de uma determinada escola de interpretação a que essa tradição explicativa se filiava. Tendo-se em vista o fato de que tais escolas de interpretação se desenvolveram em lugares diferenciados do subcontinente indiano e considerando-se que esses textos básicos foram elaborados por falantes que habitavam esses lugares, forçoso é reconhecer que, tanto examinados em si mesmos quanto perspectivados uns em relação aos outros, os prāṭiçākhyā ensejam, sim, a cada momento, um retrato da variação lingüística existente na Índia antiga no que diz respeito ao Sânscrito nos planos fonético e fonológico com a explicitação de arquifonemas, alofones e algumas outras noções muito familiares à nossa Lingüística moderna;⁷
- b) tanto os vyākaraṇa “análise (lingüística)” quanto os bhāṣya “comentário (lingüístico)” caminham na mesma direção, agora voltados para as especificidades da morfologia e, no que depender dela, da morfosintaxe. Pāṇini, por exemplo, em sua Aṣṭādhyāyī, tem no foco de sua observação uma certa sarīskṛta-bhāṣā, a fala dita culta comum/cotidiana (laukika, palavra derivada de loka “pessoa; vida diária”) da sua região, o noroeste da Índia, ali perto do Himālaya, na altura da Cachemira – mas a todo momento refere tanto construtos morfológicos em uso no leste e no norte da Índia de sua época quanto formas registradas por gramáticos anteriores a ele,⁸ sem deixar de fornecer equivalências conhecidas dos “textos védicos recitados” (chandas) nas cerimônias religiosas [formas que o mesmo Renou, em outro lugar, um artigo de 1941, p. 249, chama de “franjas de arcaísmos ou ‘diversidades’, que por uma ou outra razão marcam

⁷ Cf. explicitação em “O conceito de variação lingüística nas teorias da linguagem na Índia antiga”, de Carlos Alberto da Fonseca. *Classica*, Suplemento 2, 1993, p. 101-107.

⁸ Cf. “Indicadores de variação lingüística na gramática sânscrita de Pāṇini”, de Carlos Alberto da Fonseca. *Estudos Lingüísticos*, XXII(2), 1993, p. 765-772.

a margem de um sistema”).⁹ E note-se, ainda, que esses “textos védicos recitados” não eram “matéria poética morta” na época de Pāṇini, mas textos absolutamente vivos e vivazes, perfeitamente compreendidos por todo aquele que falava e/ou entendia Sânscrito. Assim, Pāṇini está a todo momento fazendo, ao seu modo particular, uma gramática descritivo-sincrônico-diacrônico-histórico-comparativa enquanto anota ocorrências como a tonematização diferenciada do vocativo quando usado por um brâmane para chamar um xudra ou vice-versa, as duas formas em uso do dativo singular das palavras femininas em -i e -u breves e longos, etc. etc. etc. Quer dizer: reconhece, no próprio processo de enunciação de suas frases, que, dentro de uma mesma norma, a chamada norma culta, chamada por nós de sânscrita, no singular, existem muitas outras: históricas, regionais, contextuais, situacionais, etc. Isto é, cabem aí termos como monolingüismo, diglossia, diastratismo, diatopismo e muito do arsenal da nossa recente Sociolingüística. Pāṇini, entretanto, não teoriza a partir dos fatos que apresenta: disso se incumbirão seus chamados “comentaristas”, dentre os quais os mais antigos foram Kātyāyana e Patañjali que, além de começarem a teorizar sobre questões de lingüística geral, continuaram a fornecer diferenças no Sânscrito tendo em vista o Sânscrito de suas respectivas regiões, numa estratégia do reconhecimento do “diferente” como “outra possibilidade”, não como “erro” ou “exceção”, que chegou até o Siddhântakaumudī no já próximo de nós século XVIII;

- c) quanto aos nirukta “explicatio (semântica)”, dos quais o mais antigo conhecido e mais estudado é o de Yāska, contemporâneo (mas não conterrâneo) de Pāṇini, tratam eles das complicadas relações entre os nomes das coisas (nāman; ou o componente sonoro do signo) e as imagens mentais (artha) dessas coisas, recorrendo a todas as possibilidades morfológicas ou analógicas para uma tentativa de apreensão do significado das palavras que fazem parte do repertório do Sânscrito. Ou melhor, dos Sânscritos, uma vez que também aponta diferenças, agora semânticas, dentro de uma mesma forma/norma lingüística para nós singular. E, como esclarece esse autor, as palavras do chandas, do “védico” “arcaico” “significavam” a mesma coisa que na linguagem falada cotidianamente. Também aí cabem apropriadamente as formulações da nossa Semântica – com as questões relativas à sinonímia, à homonímia, à polissemia, etc., com insinuações de uma “semântica do sentido”, ou melhor, uma semântica que faz pensar que a palavra megha, por exemplo, além de suportar o significado “nu-

⁹ “a fringe of archaisms or ‘diversities’, which for some reason or other mark the margin of a system”, cf. “The valid forms in bhāṣā (in the works of Sanskrit Grammarians)”.

vem”, apresenta o sentido de “aquela conformação que flutua no espaço e que verte água”, e que o desvendamento da morfologia da palavra não leva apenas ao seu significado, mas também ao processo/corredor intelectual/ideológico (é uma prática cultural) da referencialização exercida pelo nome. Que, em outros termos, o significado e o sentido da palavra não podem ser apreendidos apenas pela lingüística da língua – são a dimensão do signo mais pessoal/individual, porque dependem sempre da experiência do sujeito com relação à coisa nomeada: uma rosa é uma rosa (como significante e como referente), mas o sentido da rosa é pessoal (por mais socializado/limitado que seja pela convenção) e intransferível e muda até mesmo ao longo da vida do falante.¹⁰

Outras questões ficam claras: um fonólogo-foneticista indiano antigo não analisa morfologia, um morfossintaticista não estuda fonética/fonologia (Pāṇini dá os sons do Sânscrito por sabidos) nem avança para as questões sintáticas que ultrapassem o dado morfológico, um “semanticista” restringe sua especulação ao artha (referente) do signo. Sempre preocupados, todos, no entanto, com o uso, com o registro e alguma reflexão sobre o uso diferenciado dos elementos lingüísticos. Sempre preocupados, portanto, com os textos produzidos pelos falantes, nunca com o “sistema”. Nesse sentido, não é de estranhar, nem nada impediu que isso fosse feito, que, entre muitos outros, o mais conhecido dos romancistas indianos clássicos de expressão sânscrita, Daṇḍin, também fosse autor de um tratado de figuras de linguagem (o Kāvyaḍarṣa, “O espelho da poesia”); que Kālidāsa, dramaturgo e poeta clássico, fosse autor de um tratado de métrica (o Ṣrutabodha, “a compreensão do que é ouvido”), no qual cada estrofe, encarregada de explicar um metro, foi elaborada complicadamente no metro que ela explica; que Bhartṛhari, poeta, fosse autor de um tratado dito de “filosofia da linguagem”, o Vākyapadīya “Sobre a palavra na frase”, no qual desenvolve uma teoria da enunciação elogiada até por Julia Kristeva; que, na contracorrente, um gramático como Nāgojībhaṭṭa tenha elaborado um tratado sobre o dhvani, a “sugestão”, um dos componentes da linguagem poética; que, como uma espécie de culminação do envolvimento do falante com a produção textual, tenha existido alguém como Kṣemendra, século XI d.C., um polígrafo da Cachemira, autor de um tratado de crítica literária (Aucityavicāra “Conjectura sobre a adequação”) e de uma crônica sobre a vida cotidiana dos poetas (Kavikaṅṭhābharāṇa “A voz do poeta como enfeite”); que, para finalizar, tenha existido no século XII d.C. alguém como Hemacandra, um jinista, um dissidente, por assim dizer, do Bramanismo, pertencente a uma escola não-pāṇiniana de estudos lingüísticos, que elaborou, além de gramáticas do Sânscrito e dos Prácritos, também léxicos dessas formas/normas e um tratado de métrica e um outro de estética literária.

¹⁰ Cf. “Bases teóricas do Nirukta de Yāska”, de Carlos Alberto da Fonseca. Estudos Lingüísticos, XXVI, 1997, p. 282-287.

Quer dizer: não só a especulação gramático-lingüística indiana antiga sobre o Sânscrito foi sempre feita com base nos usos, mas também toda a reflexão poético-estética extraiu seu material básico dos textos. Não há nenhum “deve” nessa exposição teórica, quando muito um “oxalá seja assim” – o que continua preservando a imensa liberdade lingüística do falante ou as múltiplas possibilidades estéticas embutidas nos procedimentos gramático-lingüísticos. Quando muito, fala-se, desde Patañjali, em uso “adequado” (siddha, sādhu) e “não-adequado” (asiddha, asādhu), o que tem a ver com contexto e situação, e não com os conceitos estritos e cerceadores de “certo” e “errado”...

Nesse sentido, ou mesmo porque a Grammaire sanscrite de Louis Renou não foi pensada nesse exato sentido, o capítulo IV dessa obra, por exemplo, com 41 detalhadíssimas páginas (cf. p. 82-122, §§ 74-96), dedicado à “Composition nominale”, misture questões de gramática e de estilística, de “sistema” e de “fala”, aproxime textos quase referenciais como as Upaniṣad e textos experimentais como a poesia figurativa – além do estabelecimento de um “procedimento/tipo normal”,¹¹ de compostos “possessivos aberrantes”¹² (mas aí se trata de usos anotados por Candragomin, aquele não-pāṇiniano), de “textos que se subtraem à gramática”,¹³ de um “procedimento de tematização em a – fora das prescrições da gramática”,¹⁴ de “compostos anormais”,¹⁵ de “certos falsos compostos”¹⁶ claramente descritos pelos indianos. Além disso, ao tratar do agenciamento das palavras na frase,¹⁷ ao referir particularmente o emprego dos compostos nominais, não inclui entre os “usos determinados pela estilística” o fato de Kauṭilya, autor do Arthaśāstra “Tratado de Economia”, do século II a.C., enfileirar uma enumeração de substantivos num composto, mas colocar a de adjetivos em aposição;¹⁸ ou então afirmar canhestremente que “os compostos exprimem freqüentemente relações que equivalem a frases conjuncionais”, exemplificando com parte de um verso do Raghuvariṇḍa (8.25), poema de Kālidāsa, no qual um composto, que ali cumpre a função de um adjetivo, e como tal era sentido pelos ouvintes do poema, se transforma numa oração temporal.¹⁹ Vale notar que esta última afirmação de Louis Renou, aliás, está presente em muitas gramáticas de Sânscrito, como em A Sanskrit Grammar for Students, de Arthur A. Macdonell, na qual se lê (p. 168) que os compostos nominais “ocupam o lugar dos modos analíticos de expressão

¹¹ “procédé [type] normal”, p. 8, 103, 107, 118.

¹² “possessifs aberrants”, p. 83; “certains composés sont aberrants”, p. 121.

¹³ “textes soustraits à la grammaire”, p. 100.

¹⁴ “procédé de thématization par a-, hors des prescriptions de la grammaire”, p. 102.

¹⁵ “composés anormaux”, p. 104, 121 (§ 96).

¹⁶ “certains faux composés”, p. 121.

¹⁷ Cf. cap. XI, “La phrase”, p. 497-542; sobre os compostos, cf. §§ 371-374, p. 502-507.

¹⁸ “chez Kauf, les énumérations de substantifs figurent en composition, celles d’adjectifs en apposition 6.1.1 ss”, p. 503.

¹⁹ /ṣrutadehavisarjanah (pituh)/ – lit. “o que tem ouvido sobre o abandono do cadáver (do pai)” – (menos lit.: “aquele que ouviu que o pai abandonou o cadáver dele”), traduzida por Renou como “quando ouviu que seu pai havia deixado seus despojos mortais”, p. 505.

que prevalecem nas outras línguas cognatas".²⁰ No provável quadro mais verossímil da realidade dos usos lingüísticos do Sânscrito, nenhuma regra obrigava ao uso dos compostos nominais nas dimensões e tipologia quase diabólicas com que comparecem nos textos: as estruturas lingüístico-gramaticais chamadas samāsa "composto nominal" existem como possibilidades de expressão que o literato empregava se quisesse, se precisasse, se coubessem no conjunto dos efeitos de sentido que queria criar. Literato, sim, porque as fontes que temos para verificar o uso que foi feito das estruturas lingüísticas da norma lingüística chamada culta na Índia são, todas elas, fontes literárias.²¹

Voltando à Grammaire sanscrite de Louis Renou, ali comparecem a todo momento formas lingüísticas caracterizadas em toda a bibliografia do volume como "védicas", "épicas", "bramânicas", "clássicas", "jinistas", "budistas", "pāṇinianas", "não-pāṇinianas", etc. Mas qual, então, o estatuto ontológico do "ser Sânscrito"? Para Louis Renou as formas por ele fornecidas são "fatos de língua" – faits de langue. Para Macdonell, apenas para um contraponto (p. 1), é Sânscrito aquela "última fase da language literária da Índia antiga" que, "por acidentes de palavras, se tornou diferente do dialeto dos Vedas por um processo, não de crescimento, mas de decadência".²² Sem esquecer todos aqueles que afirmam que a palavra saṁskṛta quer dizer "perfeito"; e que Kālidāsa afine seus versos com um instrumento ao mesmo tempo perfeito e... decadente...

Volta-se à questão do que Louis Renou entende por langue. No seu L'Inde classique, falando sobre as línguas indianas contemporâneas, afirma ele (p. 116-117) que elas "possuem, em geral, dois vocabulários pelo menos, dois 'registros', dois estilos, vulgar um, erudito o outro".²³ Antes dele, em 1904, Victor Henry havia lançado, em seu Précis de grammaire pâlie, uma forma lingüística popular, uma gota de luz num deserto anterior, mas não foi considerado com todo o empenho que merecia: para ele (p. 2), "o pâli é uma língua pracrítica; desse modo, ele descende, não do próprio sânscrito, mas de um idioma anterior ao qual se poderia denominar 'indiano comum', ancestral desconhecido, mas todavia facilmente restituível, do sânscrito e de todos os prácritos".²⁴ Meio século depois, longe de Paris, na própria Índia, em 1958, R. N. Dandekar também percebeu que a realidade lingüística indiana antiga havia de ser diferente daquela que o sanscritismo propugnava – mas que os textos indianos não escondiam: para ele, com clareza

²⁰ "Not only are long and complex compounds here in constant use, but they also take the place of the analytical modes of expression which prevail in the other cognate tongues".

²¹ Cf. "O composto nominal sânscrito: da gramática à poesia", de Carlos Alberto da Fonseca. Estudos Lingüísticos, XIX, 1990, p. 186-193.

²² "that later phase of the literary language of ancient India", "in accordance it has become different from the dialect of the Vedas by a process, not of growth, but of decay".

²³ "les langues d'aujourd'hui possèdent donc, en général, deux vocabulaires au moins, deux 'registres', deux styles, l'un vulgaire, l'autre savant; le bengali comporte une calit bhāṣā 'langue usuelle' et une sādhu bhāṣā 'langue noble'".

²⁴ "le pâli est une langue pracrétique. A ce titre, il descend, non pas du sanscrit même, mais d'un idiome antérieur qu'on pourrait dénommer l'indien commun, ancêtre inconnu, et toutefois aisément restituable, du sanscrit et de tous les prácrits".

*fundamental, “acredita-se geralmente que os Prácritos derivaram do Sânscrito. Todavia, talvez fosse mais correto afirmar que os Prácritos existiam mesmo quando o Sânscrito estava sendo desenvolvido pelos intelectuais como uma linguagem literária. Diferentemente do Sânscrito, que significa linguagem ‘polida’ ou ‘refinada’, os Prácritos eram dialetos ‘naturais’ ou ‘comuns’ usados pelas massas de diferentes tribos e em diferentes regiões. Não é improvável, de fato, que a linguagem então falada na vida cotidiana pelas classes que usavam o Sânscrito em seus propósitos literários era mais afim dos Prácritos do que do Sânscrito. Além disso, é certo que o Sânscrito e os Prácritos se influenciavam uns aos outros no curso de seus respectivos desenvolvimentos”.*²⁵

*Insinua-se aqui a já antiga dicotomia estabelecida por Saussure, mas colocar os Sânscritos e os Prácritos – ambos no plural – no lado da parole não deveria mais assustar ninguém, nem estabelecer como langue que enfeixa todas essas formas uma hipotética *língua indiana (o “indien commun” de Victor Henry). Apenas lembrando em passant alguns desenvolvimentos teóricos da Lingüística geral e da Sociolingüística, já por demais difundidos:*²⁶

- a) *para Saussure (Curso de lingüística geral, p. 16-17), a langue é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”; tem caráter sistêmico, é “um todo por si” e seus elementos constituintes estão em relação uns com os outros; todavia, dado que a linguagem é “multiforme e heteróclita” e que, estando “a cavaleiro de diferentes domínios”, seja “ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica” e pertença “além disso ao domínio individual e ao domínio social”, a langue – enquanto sistema abstrato e hegemônico de possibilidades lingüísticas criado e utilizado por um grupo social para o exercício de sua faculdade de linguagem – só pode ser viabilizada em paroles de caráter individual marcadas pelos aspectos de concreção e liberdade que perpassam a realização ativa do que é, socialmente, passivo;*
- b) *como disse Charles Bally (El lenguaje y la vida, p. 124), a dicotomia langue/parole expressa a oposição entre um “acervo lingüístico social” (produto da coletividade, um sistema organizado pelo falante através das faculdades “receptivas”*

²⁵ Post-Vedic literature, p. 251: “It is generally believed that the Prakrit languages are derived from Sanskrit. It would, however, be perhaps more correct to assume that the Prakrits had existed even when Sanskrit was being developed by the higher intellectual classes as a literary language to be used mainly for religious and learned purposes. As against Sanskrit, which means a ‘refined’ or ‘polished’ language, the Prakrits were, as the name itself indicates, ‘natural’ or ‘common’ dialects used by the masses among different tribes and in different regions. It is, indeed, not improbable that the language actually spoken in workaday life by the classes who used Sanskrit for literary purposes was more akin to the Prakrits than to Sanskrit. Besides, it is certain that Sanskrit and the Prakrits had been influencing each other in the course of their respective developments”.

²⁶ Os excursos de a a k foram extraídos de FONSECA, Carlos Alberto da. Teias sobre o Sânscrito. Um estudo da consciência lingüística na Índia antiga, cap. 9, p. 217-238.

- do espírito, principalmente a memória) e uma “atividade lingüística individual” (o lugar da expressão pessoal dos sentimentos);
- c) para Walter von Wartburg (Problemas e métodos da lingüística, p. 4-7), a *langue*, por ter um “caráter de fato social”, é “supra-individual”, é a “soma de todas as associações verbais armazenadas em cada indivíduo”, “um sistema de expressão total e acabado que tem uma existência virtual na totalidade dos indivíduos”, “um érgon, uma obra, um bem espiritual de alcance universal, dentro do qual todos os membros de uma comunidade lingüística vivem” e “representa a imensa herança que um povo confia ao indivíduo e nele deposita”. A *parole*, por outro lado, é uma *enérgeia*, o “uso momentâneo e especial que o indivíduo faz da *langue*”, um “ato de vontade individual”, a “utilização dos meios lingüísticos necessários à comunicação dos pensamentos”.²⁷ Assim, a *langue* é sempre um produto resultante das *paroles* e seu instrumento; nada do que existe nas *paroles* está ausente da *langue*. Há, conseqüentemente, uma relação necessária entre *langue* e *parole*: o indivíduo não pode realizar nenhuma atividade lingüística sem possuir a *langue*; por outro lado, todas as transformações da *langue* são feitas por intermédio da *parole*: “nada existe na *langue* que não tenha estado antes na *parole*”;
- d) Essa relação de interdependência entre esses conceitos está firmemente estabelecida na comunidade lingüística; Eugenio Coseriu (Teoría del lenguaje y lingüística general, p. 97-98) a esclarece, sem a desfazer, com a apresentação de sua tricotomia sistema (= língua), norma e fala. Para ele, “o sistema é um conjunto de oposições funcionais; a norma é a realização ‘coletiva’ do sistema, que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente ‘não-pertinentes’, mas normais no falar de uma comunidade; o falar (ou, se se quer, a fala) é a realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva dos falantes”. “O sistema oferece aos indivíduos os meios para sua expressão inédita, porém, ao mesmo tempo, compreensível para os que utilizam o mesmo sistema – é, então, um conjunto de possibilidades e de impossibilidades. A norma, por sua vez, é um conjunto de obrigatoriedades, de injunções culturais e sociais que varia em função do grupo social. A fala, a criação lingüística individual, é a ruptura da norma, efetuada através das possibilidades que o sistema oferece; é a realidade mais concreta da linguagem”. Assim, ainda segundo Coseriu, “língua e fala não podem ser realidades autônomas e nitidamente separáveis, dado que, por um lado, a fala é a realização da língua e, por outro, a língua é a condição da fala, constitui-se sobre a

²⁷ Foram restituídas as formas originais dos termos *langue* e *parole*, traduzidos por “língua” e “palavra”.

- base da fala e se manifesta concretamente na fala” (p. 41 e 35);*
- e) *além disso, dada a liberdade, regida socialmente, buscada pelo falante em sua atividade lingüística, a fala assume realidades diferenciadas de concretização da língua – e estas realidades têm sido rotuladas segundo pontos de vista e critérios diferenciados adotados pela Sociolingüística;*
- f) *considerando que “as línguas não são completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura” e que as diferenças encontradas nos hábitos de fala de uma comunidade não são “variantes livres”, mas estão correlacionadas a diferenças sociais sistemáticas, William Bright (As dimensões da sociolingüística, p. 17-23, passim) postula que essa diversidade é sempre “condicionada por fatores (dimensões) que não são mutuamente exclusivos. Entre esses fatores estão as identidades sociais do emissor (as diferenças de fala relacionam-se com a estratificação social) e do receptor (o emissor se vale de vocabulários especiais na dependência do seu receptor); ademais, estão entre eles as dimensões contextuais ou situacionais relativas a tensões entre a identidade dos indivíduos envolvidos e os ambientes formais ou informais em que se dá a comunicação; há que se considerar também a questão da sincronia e da diacronia, que comportam realizações concretas diferenciadas da língua; e, ainda, a questão da extensão da diversidade, que pode ser de caráter pluridialetoal, plurilingüe ou plurissocietal” – dentre os quais, para o caso da Índia antiga, avulta a extensão pluridialetoal, definida como “casos em que as variedades de uma só língua, condicionadas socialmente, são usadas dentro de uma única sociedade ou nação”;*
- g) *para Joshua Fishman (A sociologia da linguagem, p. 25-40, passim), como que complementando essas afirmações relativas a uma comunidade pluridialetoal, a utilização de um dialeto ou outro é uma questão de demonstração da competência comunicativa sociolingüística do falante em respeito ao uso apropriado da língua (ou variante lingüística) em função da sua própria identidade, da identidade do receptor e da situação em que ambos se encontram. A variedade lingüística, assim, numa comunidade monolingüe e pluridialetoal, se manifesta em função de “dialeto sociais diferentes”, de “dialeto profissionais diferentes” e de “dialeto regionais diferentes”;*
- h) *com relação a essas “diferenças”, John L. Fischer (“Influência na escolha de variantes lingüísticas”, p. 87-98, passim) afirma que as variantes que as determinam não são livres, não são determinadas por uma idéia desabrida do conceito de “liberdade lingüística”: elas são sempre “socialmente condicionadas”, são “variantes sócio-simbólicas” que representam fatos ligados ao status relativo dos falantes e suas atitudes interpessoais. Nesse sentido, algumas variantes assu-*

mem maior prestígio que outras em função de inefabilidades como “ vaidade humana”, “ imitação de padrões lingüísticos da elite social”, “ fuga dessa mesma elite”, “ conformismo lingüístico” etc. Todavia, aquilo que fundamenta o fator prestígio varia de acordo com os indivíduos e as sociedades. Uma variante usada por um certo indivíduo por uma questão de dignidade, numa determinada situação, é rejeitada por um outro por não querer se sentir cerimonioso. Da mesma forma, as sociedades têm uma escala característica de valores preferenciais. No uso das variantes formais, é possível que uma sociedade apresente tendências de, pelo menos em certas situações, dar preferência ao uso de elementos formais e uma outra, em situação análoga, prefira as formas informais;

- i) Roger T. Bell (Sociolinguistics: goals, approaches and problems, p. 32 e 65) afirma que a linguagem, para os sociolingüistas, não é um objeto monolítico e homogêneo, mas um sistema dinâmico heterogêneo, e estabelece um esquema de funcionamento dos níveis de abstração envolvidos na questão. Seu modelo sugere que as estruturas sociais, os papéis sociais representados pelo falante e os códigos lingüísticos de uso ocorrem ao mesmo tempo, inter-reagem tornando possível a mudança na sociedade, na interação social e na linguagem. No nível psicológico, o desejo de verbalização – que influencia a estrutura social e é por ela influenciado – cria significados (e é por eles modificado) apontados pelo papel social e pelo código de uso tornado concreto pelos atos de fala. Há influências horizontais e verticais, sempre recíprocas, entre esses seis elementos do modelo. Como resumo de seu detalhamento no nível sociopsicológico e de sua explanação do que seja a “ criatividade lingüística”, pode-se propor um modelo mais geral do que ocorre em todo ato de comunicação, em que língua e fala se mostram com todas as suas coerções e todas as suas liberdades. Em outras palavras, em todo ato de comunicação o amplo leque de canais e conteúdos de comunicação disponíveis aos usuários da língua e sua habilidade de escolher (com base num determinado conteúdo e em suas intenções) os meios apropriados para transmitir seus significados a partir de seu repertório de habilidades lingüísticas e sociais fica reduzido a um processamento instantâneo de todos os condicionamentos e todas as possibilidades que marcam a variante lingüística utilizada pelo falante numa determinada situação ou num determinado contexto;*
- j) com relação a uma categorização das variantes lingüísticas, elas podem estar em dois campos bastante amplos – os das variedades geográficas (diatópicas: dialetos regionais, falares locais) e sócio-culturais (diastráticas: idade, sexo,*

raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, grau de formalidade/informalidade, grau de coloquialidade, etc.). Em situações diferenciadas, o uso variado que o falante faz da língua (a maneira pela qual processa a produção da mensagem) recebe os nomes de nível de fala, nível de linguagem ou registro. Essas variações surgem, num mesmo falante, provavelmente como consequência das diferenças que o sujeito percebe nas competências lingüística, social e psicofísica envolvidas no processo de comunicação – conservando-se a hipótese de um registro comum, “que atenderia à teoria do dialeto social comum”, que atua como um meio-termo entre os registros formal e informal e “teria uma aceitação ampla nas camadas de classe média, medianamente escolarizada, nos meios de comunicação e, também, no próprio organismo escolar”; (Dino Preti, Sociolingüística: os níveis de fala, p. 35)

k) Franklin C. Southworth (Language and Mass Communication in India, p. 33) reconhece as variações regionais e sociais, mas isola dessas últimas (que levam à constatação de dialetos sociais cultos e populares) a variação funcional, que envolve especificamente “o uso de registros diferentes de uma língua (às vezes até mesmo de línguas diferentes) pelo mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos para funções sociais diferentes”. Nessa variação funcional estariam incluídas as distinções modernas encontradas, por exemplo, em bengali e tâmil, entre o registro informal/coloquial e o registro bastante diferente da oratória formal – comparando essa distinção (p. 33) àquela que ocorreria na Índia antiga entre o Sânscrito (tanto a forma literária usada para composição de textos quanto a forma culta utilizada em debates e discussões públicas formais) e o Prácrito (usado para a rotina da vida cotidiana) – mas essa distinção pode ser mais bem clarificada: nada impedia que na Índia antiga, como possibilidade, existissem várias normas de Sânscrito, uma das quais aquela adjetivada de literária, e que o usuário do Sânscrito, porque nascia num espaço geográfico concreto, também se valesse de alguma norma do Prácrito em determinadas situações ou determinados contextos. Porque não é realista imaginar, por exemplo, que um poeta védico, por mais brâmane que fosse, por mais consciente e imbuído que fosse e estivesse das prerrogativas e dos privilégios de sua casta, ignorasse e não utilizasse em nenhum momento, com alguma intenção, o Prácrito falado por sua mãe e suas irmãs, o prácrito que ouviu e aprendeu a falar desde os primeiros balbucios e fonemas com as mulheres da casa, que não tinham acesso à educação formal durante a qual se aprendia a ouvir e a falar o Sânscrito; porque também não é realista imaginar, ainda como exemplo, que Kālidāsa e todos os dramaturgos desmintam com sua obra teatral o conhecimento dos Prá-

critos de que essa mesma obra dá provas; porque também não é realista dar como mentirosas as inúmeras situações narrativas bem marcadas em que personagens mudam de registro lingüístico. Porque não se pode/deve ignorar toda a literatura técnica lingüística indiana antiga ou não que não se cansa de fornecer provas e argumentos de que a Índia antiga era monolingüe, lá sempre se falou uma certa “língua indiana” ou “indiano”, ou “indiano comum”, mas era profundamente diglössica, qualificou as normas lingüísticas em dois grandes feixes plurais – os Sânscritos e os Prácritos. A tendência à pluridialetoalidade – certamente amarrada de maneira sólida à diversidade grupal – terminou por conferir-lhe o caráter já amplamente reconhecido de “gigante sociolingüístico” ou de um “El Dorado para os lingüistas”. Só os sanscritistas, com pouquíssimas exceções, e nem sempre a todo momento, depois do vendaval que representaram os estudos da linguagem nos últimos dois séculos, ainda insistem numa visão amadora, não-rigorosa, que pelo menos não segue de perto as intenções epistemológicas dos estudiosos que estuda, de qualquer modo sem um projeto rigoroso de prospecção, mas utilizando uma terminologia e uma conceituação frouxas, produzindo trabalhos que devem ser lidos com cuidados suplementares, que só podem ser lidos de modo condescendente. Pedras no meio do caminho. Descaminhos.

Alguns exemplos. Em seu recente Poétique du théâtre indien, resultado de uma tese de doutorado ademais brilhante, rigorosa, criteriosa e absolutamente crítica, sobre o teatro indiano antigo tanto como texto quanto como espetáculo, Lyne Bansat-Boudon derrapa, no Sumário, ao se referir ao Sânscrito e ao Prácrito com categorizações absolutamente ultrapassadas. Referindo-se à característica “convenção estética dramática” da distribuição dessas formas/normas lingüísticas entre as personagens, para, também lingüisticamente, marcar as diferenças que, na realidade, existem entre as pessoas, afirma a autora (p. 11):

A segunda característica é a diversidade das *languages* faladas no palco. Ao passo que o Sânscrito, a *language* perfeita, é reservado para homens de alta posição, os vários Prácritos, sendo – etimologicamente falando – “naturais”, e, assim, de um grau menor de perfeição, são atribuídos tanto a personagens masculinas de baixa posição quanto a mulheres – sejam elas rainhas ou deusas.²⁸

Um pouco mais atrás, Rosane Rocher, estudando uma famosa tríade de “gramáticos”/lingüistas indianos – formada por Pāṇini, Kātyāyana e Patañjali –, opõe-se terminan-

²⁸ “The second feature is the diversity of the languages spoken on stage. While Sanskrit, the perfect language, is reserved for men of high rank, the various Prākritis, being – etymologically speaking – ‘natural’, and therefore of a lesser degree of perfection, are attributed to male characters of lower rank as well as to women – whether they be queens or goddesses”.

temente a um trabalho de K. Madhava Krishna Sarma, para quem “o objetivo de Patañjali não é defender Pāṇini, mas atualizar tanto a obra de Pāṇini quanto a de Kātyāyana” e para quem seria possível e provável detectar mudanças lingüísticas ocorridas no Sânscrito entre as épocas de Pāṇini (século V a.C.) e de Patañjali (século II a.C.). Para Rosane Rocher (The Hindu Grammars and Linguistic Changes, p. 268), tais mudanças nunca existiram, além do que

é um procedimento dos mais perigosos introduzir na gramática hindu [sic] antiga um conceito que é uma criação puramente ocidental e, ainda assim, uma criação ocidental de data muito recente. O aspecto ‘diacrônico’ do estudo da linguagem nasceu no século XIX; seria vão procurá-lo nos gramáticos antigos, sejam eles ocidentais ou indianos.²⁹

E Madeleine Biardeau, também uma sanscritista de resultados muito positivos e grandemente influente, se precavê, exageradamente, ao não submeter a terminologia filosófica e lingüística sânscrito-indianas a uma tradução mais ousada, limitando-se, apesar de alguns esforços, a repetir antigas perífrases e velhas imprecisões. Diz ela (Théorie de la connaissance et philosophie de la parole dans le Brahmanisme classique, p. 20):

A dificuldade primeira da tarefa a ser empreendida diz respeito à própria natureza da linguagem de que dispomos: feita para exprimir conceitos ocidentais, serviria ela ao nosso interesse? A rigor, seria preciso responder com uma negativa e só restaria nos calarmos ou fazermos, de ponta a ponta, citações sânskritas sem as traduzir.³⁰

E o que dizer de Paul Kiparsky, autor de uma tese – Pāṇini as a variationist – em que descobre passo a passo, ou sutra a sutra, marcas muito fortes de um Pāṇini completamente diferente daquele que existia até então, um Pāṇini que não inventou língua nenhuma, um Pāṇini que não prescrevia nenhum uso particularizado de uma determinada norma lingüística, um Pāṇini “variacionista”? Pois Kiparsky foi resenhado por um indiano, Yajan Veer (A tale of three terms [vā, vibhāṣā and anyatarasyām]”; cf. Dandekar & Navathe, p. 432-440), que, após afirmar repetidamente que “a hipótese do Sr. Kiparsky se baseia numa falsa evidência” (p. 433),³¹ que “o significado e a etimologia de vibhāṣā sugeridos pelo Sr. Kiparsky estão incorretos” (p. 434),³² que “a hipótese proposta pelo Sr. Ki-

²⁹ “It is a most dangerous procedure, to introduce into ancient Hindu grammar a concept which is a purely Western creation, and, even more so, a Western creation of a very recent date. The ‘diacronic’ aspect of the study of language was born in the 19th century; it would be vain to look for it in the ancient grammarians, be they Western or Indian”.

³⁰ “La difficulté première de la tâche à entreprendre tient à la nature même du langage dont on dispose: fait pour exprimer des concepts occidentaux, va-t-il pouvoir même servir? A la rigueur, il faudrait répondre par la négative et il ne resterait plus qu’à se taire ou à mettre bout à bout les citations sanskrites sans les traduire”.

³¹ “the hypothesis of Mr. Kiparsky stands on false evidence”.

³² “the meaning and etymology of vibhāṣā suggested by Mr. Kiparsky are misleading”.

parsky não tem fundamento” (p. 434),³³ que “a hipótese sugerida pelo Sr. P. Kiparsky não está baseada em fatos” (p. 437),³⁴ que “as explicações fornecidas pelo Sr. P. Kiparsky não estão corretas e não provam sua tese” (p. 440),³⁵ – conclui que “toda a hipótese do Sr. P. Kiparsky é completamente infundada, inverídica e injustificada” (p. 440).³⁶ Yajan Veer chega a essa drástica conclusão depois de haver submetido as “formulações variacionistas” de Pāṇini resgatadas por Kiparsky ao crivo da linguagem sânscrita com que foi elaborado um dos quatro Vedas, precisamente o Atharvaveda. Todavia, ocorre, sabida e comprovadamente, que o Sânscrito do Atharvaveda é, com relação ao Sânscrito descrito por Pāṇini, arcaico e vigente em outra região, além de manipulado por falantes brâmanes pertencentes à marginalidade bramânica que poderiam, certamente, ter formalizado seu Sânscrito com base em escolhas diferenciadas dentro do mesmo sistema. É bastante óbvio, assim, que o Sânscrito do Atharvaveda, texto elaborado séculos antes de Pāṇini, não coincide completamente com o Sânscrito falado coloquial da época e da região de Pāṇini.³⁷

Por outro lado, entretanto, Colette Caillat, que sempre se dedicou ao estudo dos Prácritos, mais precisamente àquela fase dos Prácritos em que eles estão se transformando nas línguas modernas da Índia, uma fase chamada pelos indianos de apabhraṅga “quebradeira, misturada” – mas que os sanscritistas ocidentais e mesmo os indianos

³³ “the hypothesis proposed by Mr. Kiparsky is baseless”.

³⁴ “the hypothesis suggested by Mr. P. Kiparsky is not based on facts”.

³⁵ “the explanations given by Mr. P. Kiparsky are not correct and do not prove his thesis”.

³⁶ “the whole hypothesis of Mr. P. Kiparsky is completely unfounded, untrue, and unjustified”.

³⁷ Seria interessante referir alguns trechos do artigo “Faits de langue propres au Paippalāda-Atharvaveda”, de Louis Renou. A obra analisada corresponde a uma versão/recensão particular desse Veda. Diz Renou: “Il n'est pas surprenant si [...] l'aport linguistique du ppp. [=Paippalāda] a été purement et simplement passé sous silence dans les manuels et dans les monographies consacrées aux problèmes védiques. Ça a été, c'est encore, un véritable no man's land de la philologie indienne. [...] Ne s'agit-il [o ppp.] pourtant pas d'une Saṁhitā védique, d'un texte de haute antiquité, méritant théoriquement la même attention que l'Atharvavedasaṁhitā des Çaunakas [= Ç.], laquelle a bénéficié depuis cent ans d'un immense travail érudit?” [p. 105]. Algumas diferenças do ponto de vista fonético entre as recensões referidas: Ç. grṣṭi / gāṣṭhā, ppp. kṛṣṭi / kāṣṭhā; resolução -y/-iy-: Ç. trīyāyuṣa, ppp. triyāyuṣa; forma “padrão” gulgulu: Ç. guggulu (“ainsi que la majorité des textes ultérieurs”), ppp. gulgulu (“= [também na] Taittirīyasaṁhitā et quelques autres textes archaïsants”). Além disso: “si le désideratif est peu innovant, en revanche l'aoriste redoublé, que déjà Ç. développait considérablement, présente maintes formes nouvelles”, “de même l'intensif est en progrès”, “la passif du causatif apparaît pour la première fois dans les formes personnelles”, “les parfaits à vocalisme radical -e-, déjà légèrement accrus dans Ç. par rapport à RV, comptent au moins une forme nouvelle”, “le précatif, qui est déjà en progrès dans la vulgate [= Ç.], s'accroît des formes jīyāsam, mais jīvyāsam figure aussi dans Ç.”, “on a deux aoristes en -sa-”, “des formes inusuelles de présent radical”, “des types verbaux difficiles à admettre sont les présents à redoublement”, “l'emploi de mā avec l'optatif”, “la flexion nominal ne donne pas lieu à autant de remarques. Le verbe dans les traditions atharvaniques est plus archaïque ou archaïsant que le nom” [p. 106-118, passim]. Para finalizar: “Cette situation linguistique pose des problèmes difficiles. En dehors de la détérioration, certainement considérable, due à la transmission textuelle, il paraît clair que l'état du ppp. remonte en partie à l'origine même de la tradition. Les écoles atharvaniques étaient moins bien protégés que les autres. A côté des mantra maintenus sous une forme stricte, soit par leur origine Bgvédique, soit par leur alignement, fût-ce indirect, sur quelque formule du RV, il existait une masse de mantra qui, d'emblée, se trouvaient dans une condition linguistique déficiente, qui formaient une sorte de védique approximatif ou ‘hybride’, puisant dans les tendances modernisantes représentées par la prose didactique, voire, dans le langage parlé” [p. 119].

modernos traduzem por “decadência” –, pois bem, Colette Caillat organizou um Colóquio internacional, em 1986, sob o tema “Dialeto nas literaturas indo-arianas” e depois reuniu os trabalhos num precioso volume. Dentre os trabalhos aí reunidos, todos de nítida visada variacionista, ressalta o de Michael Witzel (“Tracing the Vedic dialects”) que, alinhavando ao tradicional “acredita-se, muito geralmente, que a language védica não possuía dialetos”³⁸ afirmações como (p. 99) “atualmente isto não tem mais valor; se alguém ler os textos cuidadosamente acreditará com o testemunho dos próprios textos védicos (que) existe um grande número de afirmações muito claras que indicam que o povo védico percebia e pensava sobre diferenças regionais na fala”,³⁹ e sustentando sua argumentação não só com citações extraídas dos próprios textos védicos, mas com a elaboração de mapas de áreas de vigência de determinado vocabulário e de determinadas construções, bem aos moldes da nossa conhecida Dialectologia, chegando (p. 130) à “delimitação de várias áreas dialetais [sânskritas] védicas”, a um “esboço de um estudo do desenvolvimento no tempo e no espaço de vários desses dialetos”⁴⁰ e à verificação da relação entre os dialetos védicos assim reconhecidos e estágios arcaicos dos Prácritos – dentre algumas outras questões candentes.

Mas é preciso referir ainda o trabalho de George Cardona, autor de uma extensa work in progress (Pāṇini: his works and traditions) sobre a gramática pāṇiniana, de que se publicou até agora – além de um volume preliminar que lista e comenta a imensa massa bibliográfica relativa à tradição pāṇiniana – apenas o primeiro dos 8 por ele planejados, nos quais considerará, além da análise pormenorizada da Aṣṭādhyāyī de Pāṇini, não só as obras diretamente implicadas na tradição pāṇiniana quanto outras tradições de estudos gramaticais e lingüísticos indianos, inclusive a tradição dos “comentários” e uma avaliação dos tratados de semântica e de filosofia da gramática/linguagem, sem deixar de lado “obras literárias que ilustram regras gramaticais” e um sumário das correntes de pensamento lingüístico indianas.

No volume publicado, como que garantindo o rigor do trabalho, são estudadas a terminologia e a organização das obras de Pāṇini, a saber:

- a) da Aṣṭādhyāyī propriamente dita (explicitação do mecanismo de funcionamento das “regras operacionais” auxiliares, citatórias, restritivas e negativas);
- b) da “introdução” akṣarasamānāya (“coleção de fonemas”);
- c) dos anexos dhātupāṭha (“lista de raízes”) e

³⁸ “It is believed, and quite generally so, that the Vedic language had no dialects”.

³⁹ “Actually, this does not, if one reads the texts carefully, agree with the testimony of the Vedic texts themselves; there are a number of very clear statements indicating that the Vedic people noticed and thought about regional differences in speech”.

⁴⁰ “the outlines of the various Vedic dialectal areas”, “a brief study of the developments in time and space of several of these dialects”.

- d) *gaṇapāṭha* (“*lista de palavras*”); além disso,
- e) *uma explicitação, com definições, dos conceitos morfológicos relativos ao “sistema derivacional” descrito no corpo/conteúdo da Aṣṭā-dhyāyī e*
- f) *dos mecanismos de validade operacional das “regras gerais” e das “exceções” [sic]; além disso,*
- g) *uma apresentação dos conceitos pressupostos pela exposição pāṇiniana (tais como os de raiz, tema, radical, afixo, sufixo, zero, etc.); em apêndice,*
- h) *comentários sobre o significado de vyākaraṇa “gramática” e de ṣabdānuṣāna “tratado sobre palavras (= signos)”, sobre o termo saṁskṛta e alguns outros derivados de saṁskṛ e, finalmente,*
- i) *sobre cinco razões alegadas tradicionalmente para o estudo dessas questões, inclusive os conceitos de “falar incorretamente” (apaBHĀṢ; tradução melhor e mais apropriada compreensão: “falar inadequadamente”) – mas estes últimos comentários precisam ser revistos.*

Aguardam-se os próximos volumes: a ver se neles se explicita o significado de “grammatical rules” e se acontecerá uma melhor exposição ou disposição do termo language e das questões ligadas ao “correto” e “meritório”: se, por um lado, insiste no caráter descritivo da obra de Pāṇini, por outro (The language described by Pāṇini, p. 238, § III.1.5.8a), após lembrar uma afirmação de Vasudev Sbaran Agrawala (para quem o termo bhāṣā em Pāṇini refere-se ao Sânscrito falado pelos falantes-padrão cultos)⁴¹ e depois de referir, como uma espécie de contraponto, que Louis Renou, que também estudou o uso do termo por Pāṇini, não chegou a nenhuma conclusão definitiva,⁴² lembra a postura de Sukumar Sen, que, “mais recentemente, negou que Pāṇini se referisse a uma language específica, afirmando em vez disso que ‘é evidente que bhāṣā nos sūtras de Pāṇini indica o ‘estilo’ de discurso”⁴³ – para concluir o arrazoado com uma opinião própria: “Não penso que isso seja incompatível com a communis opinio, que considero aceitável, a saber, a de que bhāṣā no Aṣṭādhyāyī se refere ao Sânscrito falado por falantes padrão. Há ainda algum trabalho a fazer em relação ao contextos das regras em que esse termo é usado”.⁴⁴

Bem, George Cardona realmente tem razão – mas esse seu trabalho é anterior à

⁴¹ India as known to Pāṇini. A study of the cultural material in the Aṣṭādhyāyī, p. 319, 354: “bhāṣā refers to the Sanskrit spoken by the cultured (çiṣṭa) model speakers”.

⁴² “Renou again studied Pāṇini’s use of this term, but without reaching any definite conclusions” (Referindo-se ao “Pāṇini”, p. 492-493, de Renou).

⁴³ “Most recently, S. Sen has denied that Pāṇini referred to a specific language at all, claiming instead that ‘it is evident that bhāṣā in the sūtras of Pāṇini indicates the ‘style’ of discourse” (referindo-se ao Paninica, p. 10-12, de Sen).

⁴⁴ “I do not think this is incompatible with the communis opinio, which I consider acceptable, namely that bhāṣā in the Aṣṭādhyāyī refers to the spoken Sanskrit of model speakers. There remains some work to be done concerning the contexts of rules in which this term is used”.

tese de Paul Kiparsky acima referida. Mas seria igualmente interessante, apesar da extensão, transcrever aqui o parágrafo III.1.5.7c. “A note regarding methodology” (p. 236-237): saber desse imbroglho bem pode, além de reforçar idéias relativas a esse caminho arrastado do desenvolvimento da questão, informar sobre suscetibilidades feridas:

Foi despertada recentemente uma controvérsia baseada, em primeiro lugar, numa incompreensão. Thieme (1961: x) alertou contra uma tentação, por parte dos lingüistas modernos, de “estarem mais interessados em suas próprias teorias relativas aos gramáticos sânscritos do que nos ensinamentos deles”. Esse sentimento foi ecoado por R. Rocher (1968, p. 339), que notava – embora sem se referir a Thieme – que estudiosos freqüentemente comparavam muito apressadamente afirmações de gramáticos indianos com outros sistemas antes que os primeiros tivessem sido suficientemente bem compreendidos. Cardona (1969, p. 3) reiterava o alerta de Thieme nas próprias palavras de Thieme e dizia que “as comparações desse tipo que foram feitas [e.g. Misra (1966), Staal (1967)] estão arriscadas tanto a serem superficiais quanto a cometerem o erro aludido por Thieme”. Staal, infelizmente, compreendeu essas afirmações – a de Cardona em particular – de modo diferente daquele em que deveriam ter sido entendidas. Ele acredita que duas exigências estão sendo feitas: “A primeira é que os gramáticos sânscritos foram no passado estudados por filólogos mas negligenciados por lingüistas. A segunda, transformando a suposição prévia num princípio de pesquisa, é a de que o material seja antes tornado disponível e interpretado por filólogos antes que possa ser avaliado por lingüistas” (Staal [1972: xi, cf. 1970, p. 507]). Como foi notado posteriormente (Cardona [1973, p. 46-47], R. Rocher [no prelo]), não foi isso o que foi exigido por Thieme, Rocher ou Cardona. Nenhum deles exigiu que os gramáticos não fossem antes estudados por lingüistas como Whitney ou Bloomfield. Nem a transformaram eles num princípio de pesquisa. Aquilo contra que alertaram foi apenas uma açodada sobreposição de sistemas modernos sobre gramáticos indianos como Pāṇini. Que algumas teorias têm sido lidas em Pāṇini sem justificativa suficiente é, acho, patente. Concordo nesse ponto com R. Rocher, que fala que “uma relação genuína que precipitou comparações entre métodos ocidentais familiares e métodos indianos parcialmente compreendidos pode distorcer – e de fato tem distorcido – a interpretação da gramática pāṇiniana. /Nesse contexto cabe uma nota histórica. No último quarto do século XIX havia estudiosos como Bhandarkar, Kielhorn e seu aluno Liebich, que verdadeiramente compreenderam a gramática de Pāṇini e comunicaram suas idéias. Dentre os estudiosos daquela época que lidaram com Pāṇini, todavia, apenas de Whitney se podia, acho, dizer que tinha um interesse em questões puramente lingüísticas e um discernimento sobre elas. E no começo do século XX apenas Bloomfield, dentre os estudiosos que trabalhavam com Pāṇini, podia ser considerado como tendo tido uma atitude particular para com questões lingüísticas. [Nota de rodapé: “E ter sido influenciado pelas idéias pāṇinianas. Sobre esse tópico, a mais recente comunicação de Rodgers, no prelo”]. Mas Whitney, embora eu pense que teve um discernimento mais profundo dos aspectos metodológicos da gramática de Pāṇini do que seus contemporâneos, foi absolutamente arrogante e pouco indulgente: não gostava do que via em Pāṇini porque não concordava com seu conceito de gramática ou Sânscrito, e então o rejeitou definitivamente. E Bloomfield não devotou praticamente nenhuma de suas energias de estudioso para questões relativas ao sistema de Pāṇini em si. Isso é trágico. Pois, na época em que Whitney dirigia suas polêmicas contra estudiosos como Böhtlingk e Liebich, muito discernimento poderia ter resul-

tado de uma troca entre estudiosos se os oponentes de Whitney tivessem sido mais hábeis em responder suas objeções mais teóricas – tais como seu repúdio à teoria dos *kāraka* [= *casos de declinação*] – com igual discernimento. O resultado foi que isso de fato desenvolveu um abismo entre aqueles que conheciam bem Pāṇini mas estavam pouco interessados em questões de natureza puramente lingüística e teórica e aqueles que, embora interessados nessas questões, soubessem pouco Sânscrito e menos Pāṇini. Esses estudiosos, se mostravam qualquer interesse pela obra de Pāṇini, tinham de depender de traduções, que eram inadequadas. Além disso, a maior parte da literatura de comentários dos *pāṇinīyas*, nos quais são discutidas todas as maiores questões e nos quais são tratadas muitas questões de interesse contemporâneo, só recentemente começaram a aparecer em traduções confiáveis. Talvez seja impossível para um estudioso de Pāṇini que também tem alguma familiaridade com algumas teorias modernas se esquivar completamente de paralelos ou de interpretar o que estuda à luz do que sabe. E a situação que esbocei acima torna tudo isso mais provável. No entanto, um esforço deve ser feito, penso eu, para apenas fazer comparações amplas depois de ter considerado Pāṇini *in toto*.^{45, 46}

⁴⁵ “There has arisen recently a controversy based, in the first instance, on a misunderstanding. Thieme warned against a temptation on the part of modern linguists ‘to be more interested in our own theories concerning the Sanskrit grammarians than their actual teachings’. This sentiment was echoed by R. Rocher who noted ‘though without referring to Thieme – that scholars often too quickly make comparisons of Indian grammarians’ statements with other systems before the former are themselves sufficiently well understood. Cardona reiterated Thieme’s warning in Thieme’s own words and said that ‘the comparisons of this kind that have been made risk both being superficial and committing the error alluded to by Thieme. Staal unfortunately understood such statements – Cardona’s in particular – in a manner different from the way in which they were intended. He believes that two claims were being made: ‘The first is that the Sanskrit grammarians have in the past been studied by philologists but neglected by linguists. The second, turning the previous supposition into a principle of research, is that the materials have first to be made available and interpreted by philologists before they can be evaluated by linguists’. As has subsequently been noted (Cardona, Rocher), this is not what was claimed by Thieme, Rocher, or Cardona. None of them has claimed that the grammarians were earlier not studied by linguists such as Whitney or Bloomfield. Nor have they made this a principle of research. What they have warned against is simply a hasty superimposition of modern systems onto Indian grammarians such as Pāṇini. That some theories have been read into Pāṇini without sufficient justification is, I think, patent. I agree on this point with R. Rocher, who speaks of ‘a genuine concern that hurried comparisons between familiar Western methods and partly understood Indian methods may distort – and in fact have distorted – the interpretation of Pāṇinian grammar’. A historical note is in order in this context. In the last quarter of the nineteenth century there were scholars like Bhandarkar, Kielborn and his student Liebich, who truly understood Pāṇini’s grammar and communicated their ideas. Of the scholars of that epoch who dealt with Pāṇini, however, only Whitney can, I think, be said to have had an interest in purely linguistic questions and an insight into them. And in the early twentieth century only Bloomfield among scholars working in Pāṇini can be considered to have had a particular attitude towards linguistic questions. But Whitney, though I think he had a deeper insight into the methodological aspects of Pāṇini’s grammar than his contemporaries, was totally unsympathetic and arrogant: he did not like what he saw in Pāṇini because it did not agree with his concept of grammar or Sanskrit, hence he rejected it outright. And Bloomfield devoted almost none of his scholarly energies to questions concerning Pāṇini’s system *per se*. This is tragic. For, at the time Whitney was addressing his polemics against scholars like Böhtlingk and Liebich, great insight might have resulted from a scholarly exchange if Whitney’s opponents had been able to answer his more theoretical objections – such as his dismissal of the *kāraka* theory – with equal insight. The result has been that there has indeed developed a chasm between those who know Pāṇini well but have little interest in questions of a purely linguistic and theoretical nature and those who, though interested in these questions, know little Sanskrit and less Pāṇini. These scholars, if they show any interest in Pāṇini’s work at all, have to depend on translations, which are themselves inadequate. Moreover, of the great mass of commentarial literature of the *Pāṇinīyas*, in which all major questions are discussed thoroughly and in which are also treated many questions of contemporary interest, only recently has there begun to appear a small number of trustworthy translations. It is perhaps impossi-

Seja como for, todavia, de olho no próprio movimento de renovação de perspectivas, parece que nos grandes centros de influência do estudo dos Sânskritos e dos Prâcricitos alguma coisa está mudando. Mas quanta demora e quanta indecisão! Olho desconsolado para um grupo de artigos conseguidos a muito custo que tratam de formas não-pāṇinianias tanto no Mahābhārata quanto no Rāmāyaṇa e que foram publicados desde 1941 (pelo menos essa é a data do texto mais antigo que consegui por enquanto).⁴⁷ E lembrar que os Sânskritos tanto do Mahābhārata quanto do Rāmāyaṇa são contemporâneos dos Sânskritos que estão apontados e/ou descritos em Pāṇini! E como fica complicado transitar entre tanta bibliografia que aponta para direções tão diferentes. Fazer tabularasa do passado? Certamente que não, mas lê-lo com todo cuidado, fugindo das afirmações de monobloquismo lingüístico, que não é realidade em nenhuma cultura. E, se não se pretende uma formação acadêmica marcada pela permanência numa torre de marfim, se o estudo das Letras se misturar com leituras de História, de Antropologia, de Sociologia, de Semiótica, de Semiologia, e de Lingüística, então!, então a Índia antiga, a linguagem na Índia antiga, não será mais como que uma mão dando murros em ponta de faca, um equilibrista num fio de arame.

FONSECA, C. A. Linguistic variation in ancient India: an endeleess question. *Classica*, São Paulo, v. 9/10, n. 9/10, p. 293-316, 1996/1997.

ble for a student of Pāṇini who also has some familiarity with some modern theories completely to avoid seeking parallels or to interpret what he studies in the light of what he knows. And the situation I have outlined above makes this all the more probable. Yet an effort can and should be made, I think, to make broad comparisons only after one has considered Pāṇini in toto."

⁴⁶ *Bibliografia referida: THIEME, Paul. Introduction a SHEETS, Betty. Grammatical method in Pāṇini: his treatment of Sanskrit present stems. New Haven: American Oriental Society, 1961 [Tese de doutoramento, Yale University, 1955, originalmente intitulada Pāṇini 3, 1, 68-85: A study in the procedure of the Indian grammarians]; ROCHER, Rosane – (a) La théorie des voix du verbe dans l'école pāṇinéenne (le 14^e āhnikā). Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1968; (b) *Studies in Indian grammarians*. Semiotica, 12, 1974, p. 263-280; CARDONA, George – (a) *Studies in Indian grammarians, I: the method of description reflected in the çivasūtras*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1969; (b) *resenba de SCHARFE, Pāṇini's metalanguage*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1971. *Indo-Iranian Journal*, 15, 1973, p. 207-221; MISRA, Vidya Niwas. The descriptive technique of Pāṇini, an introduction. The Hague/Paris: Mouton, 1966; STAAL, Johan Frederik – (a) Word order in Sanskrit and universal grammar. Dordrecht: Reidel, 1967; (b) A reader on the Sanskrit grammarians. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1972; (c) *resenba da obra de Cardona acima citada*. Language, 46, p. 502-507; RODGERS, David Ellis. Pāṇinian characteristics in Bloomfield's description of word-formation. Proceedings of the 9th Southeastern conference on linguistics (no prelo).*

⁴⁷ KULKARNI, E. D. a) *Unpāṇinian forms and usages in the critical edition of the Mahābhāta. 1. Indiscriminate use of mā and na*. Annals of the Bhandarkar Oriental Research Institute, 24, 1943, p. 83-97; b) *Unpāṇinian forms and usages in the critical edition of the Mahābhārata. 5. The use of sma*. Bulletin of the Deccan College Research Institute, 11, 1950, p. 361-378; SEN, N. a) *Unpāṇinian perfect forms in Rāmāyaṇa*. Vāk, 1, 1951, pp. 11-18; b) "Some epical verbal forms in the Rāmāyaṇa. Journal of the Oriental Institute of Baroda, 3, 1953, p. 152-163; c) *Unpāṇinian nominal declension in the Rāmāyaṇa*. Journal of the Oriental Institute of Baroda, 5, 1955, p. 169-186; d) *Unpāṇinian pronouns and numerals in the Rāmāyaṇa*. Journal of the Oriental Institute of Baroda, 5, 1955, p. 266-271; e) *On the syntax of the cases in the Rāmāyaṇa*. Journal of the Oriental Institute of Baroda, 2, 1952, p. 118-127; SIL, H. C. a) *A study of the unpāṇinian verb-forms in the critical edition of the Ādiparvan of the Mahābhārata*. The Indian Historical Quarterly, 36, 1960, p. 35-57; b) *A study of the unpāṇinian verb-forms in the critical edition of the Ādiparvan of the Mahābhārata*. The Indian Historical Quarterly, 37, 1961, p. 38-47.

ABSTRACT:

Indian scholars in Ancient India, when studying all the linguistic domains – phonetics, phonology, morphology, syntaxis, semantics, stylistics and so on – always referred to the linguistic variation: so, it would be quite obviously to understand why they never established any linguistic pattern excluding all other linguistic possibilities as “wrong ones”, and why they elaborated grammars of speech instead of grammars of language/system. Meanwhile, this is not the understandig we have after the work of modern Sanskrit scholars – who, from book to book, from decade to decade, try always to give a new beginning to an always unchained dialogue with Ancient India linguistics. This essay, trying a new reading about Louis Renou’s Grammaire Sanskrite, establishes a balance and a counterpoint among some books and articles leading on the question.

Key-words: *Sanskrits; Sanskrit linguistics; Indian linguistics; Linguistic variation; Linguistic variation in ancient India.*

Referências bibliográficas (ver também as obras citadas nas notas 46 e 47)

- AGRAWALA, Vasudev Sharan. *India as known to Pāṇini. A study of the cultural material in the Aṣṭ-ādhyaī*. Varanasi: Prithivi Prakashan, 1963.
- APTE, Mahadev. *Mass Culture, Language and Arts in India*. Bombay: Popular Prakashan, 1978.
- BALLY, Charles. *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Losada, 1957, 3. ed.
- BANSAT-BOUDON, Lyne. *Poétique du théâtre indien. Lectures du Nāṭyasāstra*. Paris: École Française d’Extrême Orient, 1992.
- BELL, Roger T. *Sociolinguistics: goals, approaches and problems*. London: B. T. Bartsford, 1976.
- BIARDEAU, Madeleine. *Théorie de la connaissance et philosophie de la parole dans le Brahmanisme classique*. Paris: Mouton, 1964.
- BRIGHT, William. As dimensões da Sociolingüística. In: FONSECA & NEVES, 1974, p.17-23.
- CAILLAT, Colette (Org.). *Dialectes dans les littératures indo-aryennes*. Paris: Collège de France/ Institut de Civilisation Indienne, 1989.
- CARDONA, George. *Pāṇini: a survey of research*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1980 [= The Hague: Mouton, 1976].
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.
- COULSON, Michael. *Sanskrit. An Introduction to the Classical Language*. London: Hodder and Stoughton, 1976. (Coleção Teach Yourself Books.)
- DANDEKAR, R. N. Post-Vedic literature. In: – *The Age of Guptas and other essays*. Delhi: Ajanta, 1982.
- DANDEKAR, R. N. & NAVATHE, P. D. (Org.). *Proceedings of the Fifth World Sanskrit Conference*. New Delhi: Rashtriya Sanskrit Sansthan, 1985.
- FISCHER, John L. Influência na escolha de variantes lingüísticas. In: FONSECA & NEVES, p. 87-98.
- FISHMAN, Joshua. A sociologia da linguagem. In: FONSECA & NEVES, 1974, p. 25-40.

- FONSECA, Carlos Alberto. *Teias sobre o Sânscrito. Um estudo da consciência lingüística na Índia antiga*. Tese de doutorado inédita, São Paulo, 1988.
- FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F. *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- HENRY, Victor. *Précis de grammaire pâlie*. Paris: Imprimerie Nationale, 1904.
- KIPARSKY, Paul. *Pāṇini as a Variationist*. Pune: Centre of Advanced Study of Sanskrit, University of Poona, 1980.
- MACDONELL, Arthur A. *A Sanskrit Grammar for Students*. Oxford: Oxford University Press, 1927, 3. ed.
- PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis da fala*. São Paulo: Nacional, 1982, 4. ed. rev. e mod.
- RENOU, Louis. Faits de langue propres au Paippalāda-Atharvaveda. *Études Védiques et Pāṇinéens*, n. 3, 1957, p. 105-119.
- RENOU, Louis. Notes sur le Agveda. Hymnes aux Açvin. *Études Védiques et Pāṇinéens*, n. 16, 1967, p. 1-177.
- RENOU, Louis. Pāṇini. In: SEBEOK, 1969, p. 491-498.
- RENOU, Louis. The valid forms in bhāṣā (in the works of Sanskrit Grammarians). *The Indian Historical Quarterly*, n. 17, 1941, p. 245-250.
- RENOU, Louis. *Grammaire sanscrite*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient/Adrien Maisonneuve, 1975.
- RENOU, L. & FILLIOZAT, Jean. *L'Inde classique. Manuel des études indiennes*, tome II (avec le concours de Paul Demiéville, Olivier Lacombe et Pierre Meile). Paris/Hanoi: Imprimerie Nationale/École Française d'Extrême Orient, 1953.
- ROCHER, Rosane. The Hindu Grammars and Linguistic Changes. *Journal of the Oriental Institute of Baroda*, n. 11, 1961, p. 260-268.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SEBEOK, T. A. (Org.). *Current Trends in Linguistics*, v. 5: *Linguistics in South Asia*. The Hague/Paris: Mouton, 1969.
- SEN, Sukumar. *Paninica*. Calcutta: Calcutta Sanskrit College, 1970, p. 1-16.
- SOUTHWORTH, Franklin C. Language and Mass Communication in India. In: APTE, 1978, p. 30-53.
- VARENNE, Jean. *Grammaire du Sanskrit*.
- VEER, Yajan. A tale of three terms (vā, vibhāṣā and anyatarasyām). In: DANDEKAR & NAVATHE, 1985, p. 432-440.
- WARTBURG, Walter von. *Problemas e métodos da lingüística*. São Paulo: Difel, 1975.
- WITZEL, Michael. Tracing the Vedic dialects. In: CAILLAT, 1989, p. 97-265.
- Conferência proferida no Seminário de Línguas Clássicas, durante o III CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS CLÁSSICOS/ IX REUNIÃO ANUAL DA SBEC, realizada no Rio de Janeiro, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ no período de 2 a 6 de outubro de 1995.